

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA
INFORMAÇÕES GERAIS
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povo Indígena Xerente (Akwẽ) – Região Porteira (aldeias Bela Vista; Boa Esperança; Bom Jardim; Cercadinho; Kãzasé; Karêhu; Kêkara; La Vista; Mata do Coco; Montes Belo; Nova; Nova Aliança; Piabanha; Porteira; Recanto Krite; Rocinha; Rumão; Salto; Santa Cruz; Serra Verde; Vão Grande; Varjão) .</p> <p>Local: Escola Estadual Indígena Soiti, aldeia Recanto Krite - Tocantínia.</p> <p>Data: 19 e 20 de maio de 2025.</p> <p>Duração: 02 dias.</p>
EQUIPE ENVOLVIDA
<p>Moderadores: Lẽdã Luz, Renata Pereira, Celenita Gualberto Bernieri, Alana de Santana.</p> <p>Relatoras: Ana Paula Mendes (Sepot) e Andréa Luiza Collet.</p> <p>Facilitador Gráfico: Mamed Karin Chaaban.</p> <p>Técnicos em Comunicação: Edvaldo Xerente e Elso Pedro de Oliveira .</p> <p>Tradutor para a Língua Indígena: Alexandre Chaparzané Xerente.</p> <p>Recreadores: Duanny Souza e Maria Elza Krahô.</p> <p>Representantes do Poder Público: Isabel Acker, Srêwẽ Xerente e Ravenna P. P Vieira (pontos focais do estado e especialista em JREDD+/Semarh); Paulo Waikarnãse Xerente - Secretário Estadual dos Povos Indígenas e Tradicionais do Tocantins.</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Clarisse Marina dos Anjos Raposo – Chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Funai – Coordenação Regional Araguaia-Tocantins; Marcos Simawê Xerente – Coordenação Logística Territorial (CTL) – Funai; Reginaldo Smãromti Xerente - Secretário Municipal de Assuntos Indígenas de Tocantínia; Cacique Leomar Wainre Xerente (aldeia Nova) - vereador em Tocantínia; Cacique Marquinho Karajá – Presidente da Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins).</p>
DIA 01: SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2025
PARTICIPANTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. LEOMAR WAINRE XERENTE (aldeia Nova) 2. KLEBER WAIRURÉ B. L. XERENTE (aldeia Porteira) 3. DOMINGOS MRÔZANÔ XERENTE (aldeia Porteira) 4. ERASMO SAWREPTE XERENTE (aldeia Recanto Krite) 5. DEVANIR SAWREPTE XERENTE (aldeia Porteira) 6. GENAIL DAKMÃNÃRKWA XERENTE (aldeia Recanto Krite)

7. LENIVALDO SRÕZDAZÊ XERENTE (aldeia Salto)
8. HELENA KRUKWANE XERENTE (aldeia Salto)
9. VALMIR HESUKAMEKWA XERENTE (aldeia Recanto Krite)
10. ROMÁRIO SAPKAKÕ XERENTE (aldeia Recanto Krite)
11. ALEXANDRE CHAPARZANÉ XERENTE (aldeia Porteira)
12. VALMIR GOMES DA SILVA (aldeia Boa Esperança)
13. MARIA NAIDE KTDU XERENTE (aldeia Recanto Krite)
14. CREUSA KWAPREDI XERENTE (aldeia Cercadinho)
15. MADELENA SIPRI XERENTE (aldeia Cercadinho)
16. JULIETE PREDI XERENTE (aldeia Porteira)
17. PEDRO SUMEKWA XERENTE (aldeia Mata do Coco)
18. MARIA PIRKODI XERENTE (aldeia Salto)
19. VALDEMAR SÕITI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
20. VALDOMIRO SUWATE XERENTE (aldeia Recanto Krite)
21. RICARDO WAIROKRÃ DA SILVA XERENTE (aldeia Cercadinho)
22. ALBERTO DÊRÊHU XERENTE (aldeia Cercadinho)
23. RAQUEL SABAKADI XERENTE (aldeia Nova)
24. ANA PAULA WAIKWA XERENTE (aldeia Recanto Krite)
25. JOÃO BATISTA WAZAKRU XERENTE (aldeia Bela Vista)
26. CELINA WAIKWADI XERENTE (aldeia Boa Esperança)
27. SWANA KTÂKUPTI XERENTE (aldeia Salto)
28. THAÍS HERÊKI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
29. ADELINA KUAPREDI XERENTE (aldeia Mata do Coco)
30. RUBENS PEREIRA DE OLIVEIRA (aldeia Varjão)
31. ADÃO ROMTÊPRE SILVA XERENTE (aldeia Porteira)
32. GISELY BRUNDI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
33. BETIZA SEKWAHIDI MARINHO XERENTE (aldeia Salto)
34. ALZENIRA SMIKADI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
35. VALMIR XERENTE (aldeia Porteira)
36. ELIVÂNIA MRÂITI XERENTE (aldeia La Vista)
37. SMIKIDI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
38. ALESSANDRA WAITI XERENTE (aldeia Porteira)
39. SUELI LIMA KTIDI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
40. GILBERTO SRÊWASA XERENTE (aldeia Santa Cruz)
41. CARLOS PIKÔIWAKA XERENTE (aldeia Porteira)
42. SEBASTIÃO SRÊZBAZUTE XERENTE (aldeia Rumão)
43. VANILDA BRUPAHI (aldeia Rumão)
44. IARA KUKEDÉ XERENTE (aldeia Salto)
45. EMIVALDO KADAZE XERENTE (aldeia Varjão)
46. AUGUSTO DAKBURDIKWA XERENTE (aldeia Salto)
47. VALDECI MRDSU XERENTE (aldeia Piabanha)
48. ALDAIR WAIKAIRÊ XERENTE (aldeia Recanto Krite)
49. KASDAITE XERENTE (aldeia Salto)
50. VANESSA SMIKIDI XERENTE (aldeia Salto)
51. JANAINA KRENKEDI XERENTE (aldeia Rumão)
52. LUANA SIBAKADI DA S. XERENTE (aldeia Cercadinho)
53. VANESSA HATSW DE M. KARAJÁ (aldeia Nova)
54. CONCITA POPRADI XERENTE (aldeia Nova)
55. MARIZA SIKUATA XERENTE (aldeia Serra Verde)
56. GILDILENE KUPTÂNDI XERENTE (aldeia Karehú)
57. VALDELICE TPÊDI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
58. VAGNER SREZÉ XERENTE (aldeia Recanto Krite)
59. TATIANE HIRÊKI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
60. SEBASTIANA SMIKADI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
61. RUI CARLOS BRURÊWA XERENTE (aldeia Porteira)

62. SANTANA KUKEDI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
63. ELIENE HIRÊKI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
64. SEBASTIÃO M. DAWAKRÃIKWA (aldeia Salto)
65. IRACEMA BRUPAHI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
66. GILDENE HIRÊKI S. O. XERENTE (aldeia Varjão)
67. TIAGO WAKUKEPRE XERENTE (aldeia Porteira)
68. JACIARA SIDI XERENTE (aldeia Rumão)
69. MARIA NAIDE KRATAU XERENTE (aldeia Recanto Krite)
70. EUFRAIN HESUKAMEKWU XERENTE (aldeia Porteira)

Abertura

A Oficina Participativa de Consulta Livre, Prévia e Informada do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins com o povo Xerente – Região Porteira/Recanto Krite, foi realizada nos dias 19 e 20 de maio de 2025, na Escola Estadual Indígena Soiti, localizada na área da aldeia Recanto Krite, município de Tocantínia. Participaram da oficina caciques, lideranças e comunidade indígena de cerca de 20 aldeias (Bela Vista; Boa Esperança; Bom Jardim; Cercadinho; Kãzasé; Karêhu; Kêkara; La Vista; Mata do Coco; Montes Belo; Nova; Nova Aliança; Piabanha; Porteira; Recanto Krite; Rocinha; Rumão; Salto; Santa Cruz; Serra Verde; Vão Grande; Varjão).

Dando início à programação, às 9h, o cacique anfitrião, Valdemar Sôiti Xerente, da aldeia Recanto Krite, se dirigiu aos presentes na língua materna, convidando adultos e crianças para uma apresentação cultural. Em Português, explicou que os anciãos fariam seus discursos de boas-vindas e pediu que a moderadora Lêdã apresentasse a equipe de trabalho. Convocou toda a comunidade indígena para se comprometer com a oficina, citando que existem muitos estudantes e graduados entre o povo Xerente, como professores, pessoal da saúde, advogado, vereadores e profissionais da Funai, mas ainda falta realizar o sonho de fazer um prefeito Xerente. Valdemar justificou o desejo por um indígena na cadeira do executivo municipal: “Não quero falar mal do branco, mas enrola a gente, fala bonitinho e depois não cumpre”.

O cacique Leomar Wainre Xerente (aldeia Nova), vereador em Tocantínia, disse que era uma satisfação ver caciques, professores e comunidade da região Porteira reunidos para a oficina, citando que muitos ainda estavam a caminho. Leomar destacou: “Esta consulta é muito importante! Todos os projetos grandes que entram nas aldeias precisam estar de acordo com a Constituição Federal e OIT (Organização Internacional do Trabalho). O Xerente avançou muito na educação. Nós (indígenas) avançamos no Brasil e no município também. Hoje somos três vereadores Xerentes no município de Tocantínia”.

O momento cultural da oficina ficou por conta de uma apresentação de boas-vindas, que reuniu homens, mulheres e crianças, que cantaram na língua materna e dançaram, perpetuando a tradição que vem sendo passada de geração em geração. Na apresentação, a maioria dos indígenas exibe o tronco nu para mostrar a pintura corporal que os identifica por clã (são seis clãs no território Xerente e Funil).

Retornado à plenária, o ancião Sebastião Srêzbazute, cacique da aldeia Rumão, fez seu discurso na língua Akwẽ.

Valdemar (aldeia Recanto Krité) pediu licença para se ausentar, pois precisava ir à Palmas com uma comitiva de caciques para resolver problemas relacionados à comunidade, especialmente sobre o abastecimento de água.

O tradutor Alexandre Chaparzané Xerente (aldeia Porteira) disse que estava disposto a entender e contribuir, especialmente com os mais velhos, fazendo a intermediação da língua. Na sequência, fez uma síntese do discurso do ancião: os clãs são parceiros e geralmente respondem aos convites. Alguns não vieram, mas todos os que estão aqui vieram interessados em conhecer, discutir, aproveitar. Falou também sobre a importância da valorização da cultura – que é a identidade do povo Akwê. Alexandre destacou que a apresentação de abertura e a fala dos anciãos são marcas da cultura Xerente.

Alexandre (tradutor) falou com seu povo: “Este espaço é para tirar dúvidas, perguntar e colocar o que vocês pensam para todos saírem com entendimento para que possamos avançar”.

Lêdä Luz (moderadora) agradeceu a acolhida do cacique Valdemar e informou que o filho Erasmo estaria disponível para dar suporte durante sua ausência. Na sequência, convidou os caciques e as cacicas presentes para se posicionarem à frente.

Carmelita Krtidi Xerente (aldeia Nova Aliança), agradeceu por poder participar da oficina e estimulou a participação das mulheres e dos anciãos; disse que poderiam se manifestar na própria língua materna porque o evento contaria com tradução o tempo todo.

Ivani (aldeia Porteira), disse que muitas vezes o povo indígena tem dificuldade de compreender e essa é uma das barreiras que impedem de serem contemplados com programas e deseja aprender o que significa JREDD+. Finalizou: “Nós depende da natureza e a natureza depende de nós queremos nosso ar limpo!”

Lêdä Luz (moderadora), passou a palavra aos representantes da Funai, Clarisse Raposo (chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Coordenação Regional Araguaia-Tocantins) e Marcos Simawê Xerente (da Coordenação Logística Territorial).

Clarisse (Funai) cumprimentou na língua e disse que carrega o nome que ganhou do povo Xerente - Smikidi – quando fez experiência de campo na época em que estudava Antropologia. Falou também que aprendeu muito com eles, por quem tem respeito e compromisso. Explicou sua função na Funai: proteção territorial, recursos ambientais, atividades produtivas sustentáveis e legislação. Informou que uma equipe do órgão estava acompanhando todo o processo das oficinas de consulta no sentido de monitorar e garantir que o direito dos povos indígenas será garantido, respeitando o modo de vida e de tomada de decisão de cada etnia. Solicitou que os anciãos convidassem a comunidade para estar presente: “É muito importante que vocês se apropriem dessa informação”.

A representante da Funai citou os demais grupos envolvidos no JREDD+: produtores rurais, Estado e, no mesmo grupo dos povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e quilombolas. Clarisse observou que existem diversas forças e representações dentro do programa. “É importante que os povos estejam bem representados e cientes do que está sendo proposto; que vocês saiam com o principal compreendido. Estarei à disposição para ajudar”.

Marcos Simawê Xerente falou na língua Akwẽ e disse em Português que para ele também era uma oportunidade para entender melhor o processo de consulta.

Lëdã (moderadora) passou a palavra para Paulo Waikarnãse Xerente, secretário estadual dos Povos Indígenas e Tradicionais do Tocantins (Sepot) para seu pronunciamento.

Paulo Xerente (secretário de estado) iniciou agradecendo a Deus pela saúde e pela oportunidade de estarem na oficina. Agradeceu também a presença da liderança indígena, dos caciques e dos representantes da Funai, citando nominalmente os servidores Xerente. Destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo do Estado, por meio da Semarh (Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e da Sepot. Citou o empenho do secretário Marcelo Lelis e da Marli Santos na condução do programa e disse que os servidores Ana Paula Mendes e Célio Kanela, da Diretoria de Proteção aos Povos Indígenas, estavam presentes para dar suporte no que fosse necessário.

Paulo Xerente (secretário de estado) convidou os presentes a se envolverem plenamente na oficina: “Esse é o momento de entender o programa e tirar dúvidas. É uma consulta com o povo Akwẽ. Brupré e Brejo Comprido já conheceram e hoje são três oficinas simultâneas, com uma oficina de consolidação”. O secretário lembrou que várias pessoas presentes também poderiam auxiliar na compreensão, como o tradutor Alexandre, a Clarisse e o pessoal da Funai, além de professores indígenas e universitários.

Lëdã (moderadora) convidou a equipe da Semarh - Isabel Acker (ponto focal e especialista em JREDD+) e Ravenna Vieira.

Isabel (ponto focal do estado) agradeceu a presença de todos e explicou: “Estamos aqui para servir. Teremos momentos de ouvir e de falar. É um evento aberto para o diálogo. Vamos construir esse entendimento juntos nesses dois dias”. Isabel disse que alguns passos já haviam sido dados, como o Fórum de Povos Originários e Tradicionais e Agricultores Tradicionais (2023) e as oficinas de consulta que estavam sendo realizadas desde março.

Ravenna (ponto focal do estado) agradeceu a gentileza do cacique Valdemar que convidou a equipe para fazer a pintura corporal do povo Akwẽ: “Nós trazemos a técnica, apresentamos conceitos, e vocês devolvem com essa cultura riquíssima (...) nossa função é facilitar essa construção coletiva”.

Instalação da oficina

Em seguida, a moderadora fez a instalação da oficina de consulta, apresentando os três principais objetivos do encontro:

- Conhecer sobre o JREDD+ (ouvir o Estado);
- Definir ações importantes para o Povo Xerente;
- Escolher representantes para a oficina de consolidação.

Lëdã (moderadora) explicou que no dia 22/05 seria realizada a oficina de consolidação no Cemix (Centro de Ensino Médio Indígena Xerente - Warã). Falou que na consolidação seriam reunidas as ações das cinco oficinas regionais com o

povo Xerente, gerando uma única proposta. A moderadora falou sobre os temas que seriam abordados no decorrer dos dias, adiantando que no segundo dia teriam que conversar entre si para apresentar as ações que consideram importantes e fazer a escolha dos representantes.

Lëdä (moderadora) pediu a ajuda de Carmelita (aldeia Nova Aliança) para elaborar os “combinados” da oficina. Carmelita conversou com a plenária em Akwẽ. Afinando os combinados em concordância com todos.

Clarisse (Funai) orientou os presentes para questionar até ficar bem entendido; que a programação precisaria oferecer condições para que a oficina ocorresse de forma tranquila e bem participativa, com o tempo necessário para que as respostas necessárias fossem respondidas.

Lëdä e Isabel sugeriram empenho para que o período da tarde fosse bem produtivo e anunciaram a pausa para o almoço.

A programação retornou às 14h, com alinhamento sobre o ressarcimento do combustível e cumprimento de horário.

O JREDD+ como política pública

A ponto focal do Estado, Isabel, abordou o tema mudanças climáticas, construindo o cenário para apresentar o JREDD+ como política pública. Iniciou considerando situações recorrentes que demonstram o desequilíbrio do clima no mundo como os períodos de seca cada vez mais intensos e as chuvas que provocam inundação e grandes enchentes, como ocorreu no Rio Grande do Sul no ano passado. Isabel lembrou que não é somente as cidades que são impactadas. Questionou: “Quais são os impactos que as mudanças climáticas estão trazendo para as aldeias? Quando pensamos no território e na qualidade de vida do povo indígena, o que percebemos? E qual é a relação disso tudo com o JREDD+?”.

Isabel (ponto focal do estado) explicou cada letra da sigla REDD - Redução da Emissões de gases de efeito estufa por redução do Desmatamento e Degradação das florestas. Dando continuidade, falou que a derrubada das árvores e a degradação por fogo transformam o ambiente em ilhas de calor, que estão ficando cada vez mais quentes. Por outro lado, nos lugares onde existem florestas, o clima costuma ser mais ameno. Assim como os incêndios florestais e a destruição das matas influenciam no clima, pois geram grande volume de gases de efeito estufa, as atividades econômicas - como as indústrias e a agricultura de larga escala -, são grandes geradoras de gás carbônico, potencializando o fenômeno do aquecimento global, resumiu Isabel. “Então, por que as florestas são importantes?”, indagou, respondendo que, ao contrário das atividades humanas, as árvores em pé fazem a captura do gás carbônico e essas áreas preservadas são estoques que contribuem para o equilíbrio climático.

Ao fazer a tradução para Akwẽ, Alexandre acrescentou a importância da educação ambiental, especialmente nas escolas. Ele destacou que na cosmovisão dos povos indígenas tudo está interligado - o conhecimento tradicional, o acadêmico e o espiritual - e que as mudanças climáticas não têm afetado somente os biomas dos territórios, mas as tradições ancestrais também. “O ancião não sabe mais quando vai chover”, ponderou, acrescentando que a preocupação ultrapassa a demarcação das terras indígenas, pois o que está no entorno também traz impactos. Para ele, o indígena deve participar das decisões. “Pensar a longo prazo. Analisar e entender o que está acontecendo para tomar uma decisão”, considerou.

Houve bastante participação dos presentes, com reflexões e perguntas, muitas na língua indígena.

O ancião Augusto Sõwêkõ (aldeia Salto) refletiu na língua materna como era o mundo na época da sua mocidade e que hoje sofremos a “influência do isqueiro”.

Cacique Ricardo Wakrãwi Xerente (aldeia Cercadinho) disse que para o indígena é até difícil entender “o que é redução” pois eles não têm avião, indústria, maquinário. Refletiu: “Tem gente que fala que o índio vive de qualquer jeito, mas temos respeito pela natureza. Aprendemos com os anciãos que tudo tem o seu dono – a gente tem ‘medo’ de entrar na mata fechada. Quando a gente derruba, faz queimada, é em pequenas áreas”.

Isabel (ponto focal do estado) acrescentou: “Então, o que a gente tem a ver se não somos os grandes poluidores?” Seguiu explicando que a pressão vem de fora dos territórios, pois somos um só planeta. Destacou que durante um encontro da ONU (Organizações das Nações Unidas) foi decidido que os países em desenvolvimento que têm florestas poderiam ser compensados para conservar sua vegetação nativa. Assim surgiu o REDD+, na COP13, em 2007, possibilitando o pagamento por serviços ambientais. Isabel resumiu: “O REDD é um instrumento econômico focado na redução do desmatamento e das queimadas e também apoia a conservação e a promoção de atividades sustentáveis”.

Isabel (ponto focal do estado) informou que, no Tocantins, a política estadual de pagamento por serviços ambientais foi criada em 2023 (Lei 4.111 - PEPSA). Essa lei abriga as ações do programa jurisdicional de REDD+. A ponto focal aproveitou para fazer uma distinção entre serviços ecossistêmicos (acontecem naturalmente, sem a ação humana, como o fruto das árvores nativas) e serviços ambientais, onde a intervenção humana é necessária. Para explicar como o esforço de conservação pode ser transformado em recursos, Isabel fez um gráfico com números fictícios. Demonstrou um período em anos onde houve muita destruição ambiental no Tocantins, seguido de um período onde foram realizadas ações efetivas para frear a devastação. O primeiro período, quando houve devastação, é chamado de referência. O segundo período, quando foi registrada a redução, é de creditação. O saldo positivo obtido entre os dois períodos é justamente o que vai gerar os créditos de carbono. Isabel considerou: “O Tocantins entende que uma política pública com incentivos pode diminuir a destruição do Cerrado, porque ainda tem muito a ser reduzido”.

O secretário municipal de Assuntos Indígenas de Tocantínia, Reginaldo Smãromti Xerente (aldeia Porteira) perguntou como se calcula o crédito de carbono.

Isabel (ponto focal do estado) explicou que são comparados períodos de 5 anos, um para gerar a referência, seguido de igual tempo para mensurar a creditação. Disse também que cada tonelada de carbono equivale a um crédito de carbono.

Srêwê Xerente (ponto focal do estado) enfatizou que os povos indígenas estão no grupo que promove a conservação e ponderou: “Se não estamos degradando, o que fazer no programa? Todo o planeta sofre. Os agricultores e os grandes negócios precisam reduzir. Só vai ter dinheiro se cada um fizer o dever de casa. Como Akwê, já preservamos e é assim que podemos contribuir”. Em seguida, destacou os grupos envolvidos com o JREDD+ e falou sobre a repartição dos benefícios entre eles.

Isabel (ponto focal do estado) informou que o Tocantins pediu elegibilidade dos biomas Amazônico e Cerrado à CONAREDD (Comissão Nacional para o REDD+) ainda no ano de 2018. E que desde 2022 vem trabalhando com os povos originários e tradicionais e agricultores familiares para desenvolver a melhor metodologia para apresentar o programa e ouvir as demandas de cada localidade.

Creusa Kwapredi (aldeia Cercadinho) disse que era sua primeira reunião sobre o REDD: “Pra entender bem precisa de muitos dias. É muito difícil pra nós aprender”.

Isabel (ponto focal do estado) explicou que haverá outros momentos, como a oficina de consolidação no Cemix, onde será feita a definição das ações em uma proposta que faça sentido para os Akwê.

Clarisse (Funai) também explicou que quatro representantes dos Xerente serão indicados para a audiência pública e que eles devem entender melhor o que vai ser consultado na audiência pública e os anseios da sua comunidade.

Isabel(ponto focal do estado) explicou que todas as ações importantes para os PIQPCTAF coletadas nas oficinas de consulta serão organizadas num documento único, agrupadas por similaridade, e são estas demandas que vão definir as linhas de ação da política pública para todo o Estado. O compilado será colocado em consulta pública on-line por 30 dias, num período que antecede a audiência pública, aberto para verificação e contribuições. Após os ajustes pertinentes, será apreciado audiência pública.

Clarisse (Funai) então perguntou quando os demais assuntos do programa poderão ser questionados e ajustados.

Isabel (ponto focal do estado) disse que a qualquer momento, por meio do GT Salvaguardas.

Clarisse (Funai) incentivou os presentes a colocar essa possibilidade de revisão na agenda.

Alexandre (tradutor) demonstrou preocupação em relação às decisões que serão tomadas na audiência: “Hoje toda a comunidade está aqui para falar sobre as suas dificuldades, mas como vamos acompanhar on-line? Temos que repensar pois não somos só nós, indígenas, que estão sendo impactados, cada povo tem as suas particularidades”. O tradutor se disse apreensivo pois não sente segurança de que as demandas apresentadas serão consideradas no documento que será validado. “Temos medo de passar por isso de novo. Precisamos entender melhor de que forma vamos tomar decisão. Encher essa tenda para que haja participação efetiva para discutir tudo – todas as ações – e defender o direito Akwê”, ressaltou Alexandre.

Governança e Ouvidoria

Para falar sobre a governança do JREDD+, a ponto focal Isabel questionou: “Como vocês fazem para decidir alguma coisa importante para a aldeia? Consultam os caciques, anciãos, professores para poder decidir? Em seguida, explicou que no JREDD+ as decisões também são tomadas em conjunto e existem três espaços distintos que precisam contar com uma entidade representativa de todos os povos do Estado. Isabel também falou sobre os demais representantes. Apresentamos, resumidamente, as esferas citadas:

- **Coema** (Conselho Estadual de Meio Ambiente): define as regras do programa.

- **Cevat** (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento da PEPSA): estrutura dentro do Coema, realiza o monitoramento das salvaguardas e da remissão de emissões, entre outras atribuições.

- **Fundo Clima**: vai receber e executar os recursos do REDD+.

Alexandre (tradutor) pediu autorização para comentar sobre a apresentação na língua Akwẽ. Em Português, parabenizou a presença da Funai e considerou: “A Arpit (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins) representa outro povo – precisamos ter a nossa representação na governança”.

Isabel (ponto focal do estado) informou que a representação precisa ser em nível de Estado e contemplar todos os povos indígenas. Disse que o presidente da Arpit estaria na oficina e que a comunidade poderia conversar diretamente com a entidade, sem a presença do Estado.

Clarisse (Funai) destacou que esse era realmente um ponto sensível e fez um convite: “Vamos colocar o pensamento firme e grande para encontrar a melhor solução para os povos indígenas. Não podemos largar de mão para a governança correr solta”. Citou que as salvaguardas, que ainda serão apresentadas na oficina, dizem que o JREDD+ deve reconhecer e respeitar a forma de tomada de decisão de vocês. Fez outra recomendação: “Quero que vocês pensem de que forma a voz de vocês vai chegar lá na esfera de decisão – onde será decidido sobre o krapesu (dinheiro)”.

Clarisse (Funai) disse que foi necessário “travar uma briga dentro do Coema para que houvesse paridade entre os envolvidos na estrutura da Cevat”. Clarisse tranquilizou os presentes dizendo que naquele momento bastava fazer a indicação - ou não - do nome de uma entidade representativa, mas que a decisão sobre a representação indígena na Cevat e no Conselho Diretor do Fundo Clima ocorrerá somente após o encerramento de todas as oficinas.

Clarisse (Funai) citou como exemplo os programas jurisdicionais dos estados do Acre e Mato Grosso, que criaram um grupo de trabalho específico para tratar as questões de JREDD+ dentro da estrutura da entidade representativa, com a presença de todos os povos indígenas do estado. Clarisse incentivou o grupo a pensar em alternativas possíveis para melhorar a representação: “O programa exige essa representação para que possa atender as necessidades de todos os povos indígenas. Vocês precisam estar atentos e insistir que o direito seja garantido”. Ela destacou também que a plenária poderia falar na língua indígena – o que é direito – e que para os assuntos importantes poderiam solicitar a inclusão na ata com tradução para o Português.

Lëdä (moderadora) informou que seria feita uma pausa para o café e que ainda havia muita coisa prevista na programação do primeiro dia.

Quando as atividades foram reiniciadas, o cacique fez um resumo da viagem a Palmas na língua Akwẽ.

Quais as nossas preocupações sobre o JREDD+ TO?

Para a próxima temática, a moderadora Lédä propôs a organização no formato roda de conversa, onde todos os presentes têm direito à voz. Pediu que refletissem sobre a pergunta “Quais as nossas preocupações sobre o JREDD+?”. As considerações deveriam ser anotadas em fichas e compartilhadas com a plenária.

No retorno das discussões, tivemos as respostas relatadas logo abaixo.

Grupo 1:

- pouca participação dos povos indígenas;
- poucos recursos para os indígenas;
- não ter os anseios atendidos;
- perder a terra preservada;
- usurpação dos conhecimentos tradicionais;
- “Não queremos vender o nosso ar!”

Grupo 2:

Apresentou na língua Akwẽ.

- Instituições de representação.
- Criar conflitos futuramente.
- Preservação da natureza e da cultura.
- O governo não trazer benefícios na área da Saúde e Educação fora do projeto.

Grupo 3:

- capacitação para o povo Akwẽ fazer gestão do projeto;
- conhecer mais o programa JREDD+;
- focado no ambiente, preservação da natureza, rios estão secando;
- começar e ter fim (diferente das experiências anteriores) – distribuir o conhecimento.

Grupo 4:

Apresentou na língua Akwẽ.

- como o JREDD+ vai reduzir o desmatamento que tem acabado com a caça?
- a madeira e a palha poderão ser retiradas para a construção de casas?
- poderão plantar roça de toco?
- não vai prejudicar a nossa cultura?

Grupo 5:

- se o projeto é para sempre ou durará apenas cinco anos;
- do programa não chegar para o povo Xerente;
- das doenças que estão atacando a comunidade indígena;
- a terra é pequena.

Grupo majoritariamente feminino, com muitas professoras indígenas. Elas destacaram que a grande preocupação das mulheres é resguardar as futuras gerações evitando que os benefícios “caiam nas mãos erradas”. Disseram que iriam estudar sobre o JREDD+ durante a noite para “perguntar mais amanhã”.

Salvaguardas de Cancún

Após a apresentação dos grupos, a ponto focal Isabel apresentou as Sete Salvaguardas de Cancún que definem uma série de responsabilidades

socioambientais com os povos e territórios onde o JREDD+ é implantado. Essas salvaguardas fazem parte de um acordo internacional pactuado durante a COP16, em 2010. O Brasil incorporou essas garantias no JREDD+ Brasil, tendo como destinatários os povos e comunidades originários e tradicionais e os agricultores familiares. No Tocantins, aplicam-se ao Programa Jurisdicional de REDD+ e foram apresentadas nos seguintes termos:

1. Coerência com os Objetivos dos Programas Florestais Nacionais e Internacionais as ações devem reforçar marcos existentes (ex.: Código Florestal, SNUC), sem contrariá-los.
2. Governança Transparente e Eficaz decisões e informações com acesso público e linguagem clara, por meio de oficinas, audiência, site e ouvidoria.
3. Respeito pelos Conhecimentos e Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais valorização dos saberes, práticas produtivas sustentáveis, culturas e formas de organização social dos PIQPECTAF, com garantia de autodeterminação, consulta livre, prévia e informada e consideração de seus modos de vida nas decisões do Programa.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas: consulta e escuta nos territórios, com oportunidade real de participação em conselhos e fóruns.
5. Promoção da Conservação das Florestas Naturais e da Diversidade Biológica : recursos não podem induzir conversão de mata nativa, mas priorizam manutenção e recuperação de áreas.
6. Minimização dos Riscos de Reversão: os resultados de hoje não devem retroceder; requer compromisso de longo prazo e planejamento frente a riscos (ex.: incêndios).
7. Prevenção do Deslocamento de Emissões: evitar reduzir o desmate em um lugar e empurrá-lo para outro; exige planejamento estadual integrado e monitoramento contínuo.

Ao final, reforçou que apenas ações em conformidade com as leis e com essas sete salvaguardas podem ser financiadas, como condição para garantir segurança jurídica, proteção ambiental e qualidade de vida no campo.

Ana Paula (Sepot) informou que a Secretaria está realizando um mapeamento situacional, que é uma espécie de censo demográfico, com os povos indígenas. As atividades iniciaram em 2024 e seguem em andamento. Entre o povo Akwẽ, já foram visitadas as regiões Brejo Comprido, Porteira e Funil. Ana Paula disse que as informações disponíveis sobre os povos originários não são suficientes para direcionar as políticas públicas que atendam às reais necessidades. Ela destacou: “O Governo do Estado entende a importância dos PIQPECTAF. São muitas perguntas e a Secretaria quer voltar com respostas. Nós, não indígenas, só entendemos o povo Akwẽ quando pisamos na aldeia”.

Lëdä (moderadora) encerrou a programação às 18h30, informando que o alinhamento entre as preocupações apresentadas e as salvaguardas seria feito no início das atividades do segundo dia.

Antes da despedida, o tradutor Alexandre reforçou que o público presente convidasse amigos, parentes e comunidade por meio das redes sociais, caso não pudessem fazer pessoalmente, para participar da oficina.

DIA 2: TERÇA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2025

PARTICIPANTES

1. IRACEMA ARBODI XERENTE (aldeia Rocinha)
2. DIANA KRTADI PEREIRA XERENTE (aldeia Boa Esperança)
3. ELIANE KRUKWANE XERETE (aldeia Boa Esperança)
4. EDMILSON SAKRUIRÃ MARINHO XERENTE (aldeia Rumão)
5. AUGUSTO SOWEKO XERENTE (aldeia Salto)
6. ERNANDO WAKEDI XERENTE (aldeia La Vista)
7. ELMÍLIA SIBAKADI XERENTE (aldeia La Vista)
8. BETIZA PIZADI XERENTE (aldeia Boa Esperança)
9. JUACI SMEREZAN~E XERENTE (aldeia Vão Grande)
10. EUGENIVALDO D. M. XERENTE (aldeia Vão Grande)
11. KÊNIA SMIKADI XERENTE (aldeia Karehú)
12. PATRÍCIA BRUDI XERENTE (aldeia Karehú)
13. SIRLANI SIBADI XERENTE (aldeia La Vista)
14. DENILSON WATKAWRA XERENTE (aldeia Nova)
15. SIDNEY SIRNÂPTE XERENTE (aldeia Boa Esperança)
16. ANA PAULA SIPRIDI XERENTE (aldeia Varjão)
17. EDILSO SRÊKKURME XERENTE (aldeia Varjão)
18. SIMONE WAKRTADI XERENTE (aldeia Rumão)
19. SUELI LIMA KTIDI XERENTE (aldeia Recanto Krité)
20. JUVERCINO SAKRUIRÃ XERENTE (aldeia Porteira)
21. ARLENE BRUNSI XERENTE (aldeia La Vista)
22. CREUSA KWAPREDI XERENTE (aldeia Cercadinho)
23. GILVAN SRÉZASU XERENTE (aldeia Serra Verde)
24. JACIRA ZÂRÊ XERENTE (aldeia Serra Verde)
25. RICARDO WAKRĂWI XERENTE (aldeia Cercadinho)
26. GILBERTO SRÊWASA XERENTE (aldeia Santa Cruz)
27. GILDENE HIRÊKI S. O. XERENTE (aldeia Varjão)
28. RUBENS PEREIRA DE OLIVEIRA (aldeia Varjão)
29. SEBASTIÃO SRÊZBAZUTE XERENTE (aldeia Rumão)
30. TIAGO WAKUKEPRE XERENTE (aldeia Porteira)
31. RUI CARLOS BRURÊWA XERENTE (aldeia Porteira)
32. CONCITA POPRADI XERENTE (aldeia Nova)
33. EDIRENE TKIDI XERENTE
34. LUANA SIBAKADI DA S. XERENTE (aldeia Cercadinho)
35. VANILDA BRUPAHI (aldeia Rumão)
36. DOMINGOS MRÕZANÕ XERENTE (aldeia Porteira)
37. IVANILENA HIRÊKI XERENTE (aldeia Rumão)
38. GILDILENE KUPTÂNDI XERENTE (aldeia Karehú)
39. ELIVÂNIA MRÂITI XERENTE (aldeia La Vista)

40. VANESSA SMIKIDI XERENTE (aldeia Salto)
41. MARIA PIRKODI XERENTE (aldeia Salto)
42. VALDOMIRO SUWATE XERENTE (aldeia Recanto Krite)
43. JACIRA S. DE BRITO XERENTE (aldeia Rumão)
44. ADELINA KUAPREDI XERENTE (aldeia Mata do Coco)
45. GILSON BRUWE XERENTE (aldeia Rumão)
46. RAQUEL SABAKADI XERENTE (aldeia Nova)
47. ARI XERENTE (aldeia Recanto Krite)
48. PEDRO SUMEKWA XERENTE (aldeia Mata do Coco)
49. RUBIANA SIBAKADI XERENTE (aldeia Cercadinho)
50. CELINA WAIKWADI XERENTE (aldeia Boa Esperança)
51. MADALENA SIPRI XERENTE (aldeia Cercadinho)
52. MARIA NAIDE KRATAU XERENTE (aldeia Recanto Krite)
53. JULIANA TPÊDI XERENTE (aldeia Mata do Coco)
54. FABIANA TKADI XERNTE (aldeia Rumão)
55. JOSIVAN SONKE XERENTE (aldeia Recanto Krite)
56. MAYLA DIAS KARAJÁ AMORIM (aldeia Manoel Axure)
57. GILDEVAN SRÊZDAZUTE XERENTE (aldeia Rumão)
58. JULIETE PREDI XERENTE
59. ALEXANDRE C. XERENTE (aldeia Porteira)
60. HELENA KRUKWANE XERENTE (aldeia Salto)
61. CARMELITA KRTIDI XERENTE (aldeia Nova Aliança)
62. LENITA KUKEDI XERENTE (aldeia Nova Aliança)
63. APOLIANO SRENOKRA XERENTE (aldeia Boa Esperança)
64. EUFRAIN HESUKAMEKWU XERENTE (aldeia Porteira)
65. ELIZA TKIDI XERENTE (aldeia Salto)
66. OSMAR SUWRIPTÉ XERENTE (aldeia Recanto Krite)
67. EDSO AINÂKRE XERENTE XERENTE (aldeia Salto)
68. PEDRO SUMEKWA XERENTE (aldeia Mata do Coco)
69. ADÃO ROMTÊPRE SILVA XERENTE (aldeia Porteira)
70. KLEBER WAIRURÉ B. L. XERENTE (aldeia Porteira)
71. MARCOS SIMAWÊ XERENTE (aldeia Bom Jardim)
72. REGINALDO SMÂROMTI XERENTE (Secretário municipal de Tocantínia)
73. DOMINGOS SIKNÂWE XERENTE (aldeia Rumão)
74. IRACEMA KRENKEDI XERENTE (aldeia Mata do Coco)
75. JANAINA KRÊKÊDI XERENTE (aldeia Rumão)
76. ROSILDA HIREKI XERENTE XERENTE (aldeia Nova Aliança)
77. MAILSON KRUNÔMORI XERENTE (aldeia Rumão)
78. MANOEL SIRNÂRÊ M. XERENTE (aldeia Recanto Krite)
79. VALTEIR TPÊKW XERENTE (aldeia Karehú)
80. SMIREZÂNE OSMAR (aldeia Salto)
81. ROSA BRUPAHI XERENTE (aldeia Salto)
82. MARCELO SANTO TEWACHWE KARAJÁ (aldeia Manoel Achurê)
83. CAMILA ASSATÉ XERENTE (aldeia Boa Esperança)
84. MÁRCIO SROMNE MARINHO XERENTE (aldeia Vão Grande)
85. ANTÔNIO MARCOS SENA LEAL KARAJÁ (aldeia Manoel Achurê)
86. ALBERTO DÊRÊHU XERENTE (aldeia Cercadinho)
87. LEOMAR WAINRE XERENTE (aldeia Nova)

Abertura

As atividades do segundo dia iniciaram por volta das 8h, quando o cacique Valdemar Sõiti falou na sua língua originária, o Akwẽ. A tradução foi feita por Alexandre, que explicou que o cacique deu as boas-vindas e lembrou que a intenção era dar continuidade às atividades do dia anterior.

Às 8h30, a moderadora Lẽdã Luz iniciou oficialmente os trabalhos, saudando a todos os presentes e fazendo uma recapitulação das atividades do dia anterior, considerando que havia muitos participantes novos. Ressaltou que um dos objetivos do encontro era a escolha dos representantes para oficina de consolidação das ações do povo Xerente e apresentou a programação prevista. Na sequência, convidou Mamed Karin para fazer a apresentação sobre o trabalho de facilitação gráfica produzido no primeiro dia.

Mamed (facilitador gráfico) explicou que tudo no programa está relacionado ao carbono e destacou que os povos indígenas estão incluídos no “+” da sigla JREDD+. Enfatizou que a proposta visa à redução de emissões de gases de efeito estufa, especialmente pelo setor agropecuário, e que os indígenas têm papel essencial nesse processo. Detalhou as partes envolvidas (PIQPCTAF) e reforçou que é um esforço conjunto para conter o avanço do desmatamento.

Alexandre fez a tradução da apresentação para a língua Akwẽ.

Clarisse Raposo (Funai) complementou a explicação, usando analogias como a “febre” e uma “estufa de plantas”, relacionando-as ao aquecimento global causado por queimadas e desmatamento. Ressaltou que o JREDD+ é um mecanismo temporário, criado em cúpula internacional, para equilibrar as emissões e que quem mais polui são os setores produtivos. Comentou que a empresa Mercuria está envolvida na compra dos créditos de carbono do Tocantins e que a legislação internacional determina que os créditos devem vir de áreas preservadas. Enfatizou que o programa possui requisitos obrigatórios (as salvaguardas), o que inclui a escuta dos povos indígenas, que detêm mais de 20% da área de florestas preservadas no Estado. Explicou também que o padrão internacional Art Trees (Arquitetura para Transações REDD+) é o sistema para registro dos créditos de carbono e que sem o cumprimento das salvaguardas, os créditos não são validados.

Lẽdã (moderadora) retomou os principais pontos discutidos no dia anterior e convidou a ponto focal do Estado, Isabel Acker, para dar continuidade à apresentação.

Cacique Valdemar (aldeia Recanto Kité) se pronunciou em sua língua materna. Alexandre traduziu, informando que houve manifestações contrárias ao programa.

João Batista (aldeia Bela Vista) falou na língua Akwẽ. Ele questionou: “Caso o estado não cumpra as salvaguardas após a aprovação do programa, como ficará a situação?”, de acordo com o tradutor.

Isabel (ponto focal do estado) respondeu que a pergunta seria contemplada durante a apresentação. Agradeceu a recepção e enfatizou que o programa ainda está em construção e que as salvaguardas são regras obrigatórias. Se não forem seguidas, o programa não poderá ser implementado. Ressaltou que o monitoramento será contínuo e que o processo está sendo feito passo a passo para garantir justiça. A

ponto focal falou também sobre o Painel de Monitoramento do Centro de Inteligência em Gestão do Meio Ambiente (CIGMA), que dará subsídios para a contabilização e conversão de carbono em créditos.

Cacica Jacira (aldeia Montes Belo) questionou por que o governo aprovou o programa antes de consultar os povos indígenas e se manifestou contra a forma como está sendo conduzido. Perguntou sobre o papel da Arpit e criticou os 25% destinados aos povos indígenas, afirmando que saúde e educação seriam prejudicadas.

Isabel (ponto focal do estado) explicou o contrato de pré-investimento com a empresa Mercuria, que a escolha deu-se por meio de edital e a empresa assume a responsabilidade pelos riscos do pré-investimento. Afirmou que o governo não tinha recursos próprios para implementar o programa JREDD+ e reiterou que ele não está fechado, mas depende das contribuições das partes interessadas para ser construído.

Jacira (aldeia Montes Belo) então perguntou: “E se os Akwẽ não aprovarem?”

Isabel (ponto focal do estado) respondeu que as consultas continuarão, pois fazem parte de um processo contínuo. Mesmo sem aprovação de um povo, será necessário concluir todas as consultas previstas.

Jacira (aldeia Montes Belo) também questionou como será feita a escuta do setor do agronegócio e como será a divisão dos recursos.

Isabel (ponto focal do estado) explicou que a escuta está ocorrendo em todos os setores e que a divisão será feita por edital, conforme os eixos estabelecidos. Informou que os créditos poderão ser registrados até 2030 e que o Estado tem feito gestão para ampliar o prazo.

Jacira (aldeia Montes Belo) solicitou, já que fora informada de que o programa ainda está em construção, uma capacitação mais aprofundada para lideranças da região da Porteira.

Alexandre (tradutor) agradeceu em Akwẽ e Português, reforçando a importância da escuta e da participação de todos.

Foi realizada uma breve pausa para o lanche. Na retomada das atividades, a moderadora Lẽdã passou a palavra para o presidente da Arpit, Marquinho Karajá.

Marquinho Karajá (Arpit) se apresentou, falou sobre sua atuação como cacique e da importância das organizações de base. Ressaltou que os povos têm o direito de não aceitarem o programa, mas que o Estado tem as suas responsabilidades com os indígenas, com ou sem o JREDD+. Defendeu que é preciso criar políticas de Estado e não apenas de governo.

Secretário Paulo Xerente (Sepot) falou da importância das oficinas de consultas reais, mencionando projetos que tiveram problemas por terem sido implantados sem a escuta prévia. Sugeriu que a liderança indígena se organize para fazer uma visita técnica ao Acre (estado pioneiro em REDD) para entender como ocorre a execução do programa naquele estado.

Isabel (ponto focal do estado) confirmou que há planos para intercâmbio com especialistas, incluindo uma indígena especialista em REDD de Roraima, e

esclareceu que o modelo tocantinense - que usa o padrão Art Trees - é diferente do Acre, que trabalha com o pagamento por resultado.

Creusa Kwapredi (aldeia Cercadinho) expressou preocupação com a falta de compreensão do JREDD+ pelas comunidades, principalmente por barreiras linguísticas, e pediu que os projetos sejam duradouros e não excluam os povos.

Repartição de benefícios e partes envolvidas

Isabel (ponto focal do estado) explicou a metodologia para repartição de benefícios do programa, com base em estudo da cobertura florestal e níveis de desmatamento. Reforçou que os PIQPCTAF não podem ficar de fora, pois a venda dos créditos se baseia tanto no “estoque” (área preservada) quanto no “fluxo” (redução de desmatamento). A divisão proposta é de:

- 50% para fortalecimento institucional do Estado;
- 25% para redução do desmatamento e degradação (setor do agronegócio);
- 25% para manutenção das áreas preservadas (PIQPCTAF).

Enfatizou que as ações de combate ao desmatamento estarão direcionadas principalmente ao setor agropecuário.

Clarisse (Funai) perguntou sobre o cálculo de créditos de carbono.

Isabel (ponto focal do estado) explicou que uma tonelada de carbono é igual a um crédito de carbono e que o valor ainda não pode ser definido, pois depende da certificação e da oscilação do mercado internacional.

Carmelita Krtidi Xerente (aldeia Nova Aliança) questionou a diferença entre agricultores familiares e pequenos agricultores.

Isabel respondeu que a nomenclatura é definida pelo tamanho da área e que a agricultura familiar (com CAF) também pode incluir indígenas.

Alexandre (tradutor) levantou a questão de que áreas indígenas estão mais preservadas do que as de outros beneficiários do programa e questionou o valor dos créditos varia nesses casos.

Isabel (ponto focal do estado) disse que o valor não é proporcional, pois depende do resultado agregado do Estado, e que as ações devem seguir as salvaguardas.

Cacique Ricardo Wakrãwi Xerente (aldeia Cercadinho) reforçou que tentou explicar aos parentes a lógica do programa, e incentivou que todas as dúvidas sejam verbalizadas.

O facilitador gráfico Mamed explicou que o programa é bastante técnico, mas que os indígenas estão diretamente contemplados em três das sete salvaguardas. Reforçou que o JREDD+ foi criado para conter o avanço do desmatamento e da degradação e que, após 2030, poderá evoluir para um programa voltado à preservação. Disse que os povos indígenas precisam apenas manter e vigiar seus territórios para receber os recursos e investir em melhorias como segurança alimentar.

Marquinho Karajá (Arpit) disse ser possível criar mecanismos para conter os impactos negativos da produção em larga escala e destacou a importância de se aliar o olhar técnico ao cultural. Citou o ICMS ecológico como exemplo positivo.

A programação foi pausada para o almoço e uma breve reunião da liderança presente com o representante da Arpit. O momento foi realizado sem a participação do Estado e equipe do JREDD+.

Ações Importantes

Ao iniciar as atividades da tarde, às 14h50, a moderadora Lëdä explicou que havia chegado a hora de ouvir as demandas do território. Disse que a reflexão seria realizada em pequenos grupos, a partir da pergunta “O que é importante para a qualidade de vida do povo Xerente?”

A proposta foi traduzida por Alexandre.

Clarisse Raposo (Funai) se dirigiu à plenária e perguntou se os temas que foram tratados na primeira parte da oficina tinham ficado claros. Ela comentou: “Vocês falaram que o agricultor destrói e o indígena preserva. Sabemos que ocorrem ilícitos dentro do território, mas agora vocês vão dizer o que é necessário para ter uma comunidade fortalecida, com crianças saudáveis e alegres. A aldeia com a vida digna – é preciso pensar também na qualidade de vida de vocês”. Clarisse citou como exemplo o artesanato, as sementes crioulas e o cultivo sustentável para sugerir que os projetos tenham a perspectiva de fortalecimento da comunidade - promoção da qualidade de vida, geração de renda e preservação do modo de vida.

Leda (moderadora) repetiu a pergunta e acrescentou que deveriam considerar os objetivos do JREDD+ e as salvaguardas para desenvolver as ações. Orientou que as ideias fossem escritas em fichas, sendo uma por cartão. Após a reflexão em grupo, as ações elencadas serão apresentadas à plenária. Os presentes foram divididos em cinco grupos.

Antes de iniciar a tarefa, Clarisse (representante da Funai) indagou: “Vocês já se perguntaram por que vão escrever essas ações e o que será feito com elas?”

Isabel (ponto focal do estado) explicou que as propostas de cada oficina funcionarão como um mapeamento para construir a política pública voltada para o meio ambiente. As sugestões nortearão as ações programáticas que poderão ser acessadas para alcançar os objetivos do JREDD+. Possivelmente, o acesso se dará por meio de entidades (CNPJ). Assim que a proposta dos subprogramas estiverem desenhadas, serão colocadas para consulta pública on-line por um período de 30 dias. As sugestões, pedidos de acréscimo e/ou retirada poderão ser feitos nesse período. Após os ajustes, a versão definitiva seguirá para apreciação na consulta pública.

Os grupos receberam um tempo para desenvolver as ações importantes para o território Akwë, apresentando suas sugestões em seguida. Seguem as propostas apresentadas.

Grupo 1:

- Melhoria da infraestrutura das aldeias (saneamento, energia, transporte e para-raio nas escolas).
- Capacitação para melhorar a produção agrícola. Apoio financeiro para a produção de sementes e mudas tradicionais.

- Apoio financeiro para agricultores familiares indígenas (produção, transporte, ferramentas).
 - Apoio para a Brigada Indígena realizar o trabalho de preservação. Aumento das brigadas.
 - Construção de espaço físico para venda do artesanato.
 - Projeto de manejo do capim dourado – colheita na hora certa e evitar destruição por queimadas.
 - Apoio para o Dasĩpsê (festa cultural) e preservação da língua materna Akwẽ (escrita e oral).
 - Apoio e capacitação para criação de peixes, porcos, galinhas e gado indígena para a qualidade de vida, pois a caça está desaparecendo.
 - Projeto de reflorestamento e recuperação das nascentes
 - Apoio e capacitação para produção e venda do artesanato (feminino e masculino).
 - Apoio financeiro para compra de equipamentos para vigilantes indígenas.
 - Apoio financeiro e treinamento para vigilância territorial feita por indígenas.
 - Manutenção das estradas.
- Os integrantes do grupo falaram na língua materna e houve tradução.

Grupo 2:

- Valorização da roça tradicional do povo Xerente.
- Oficinas de artesanato indígena Xerente (masculino e feminino).
- Valorização das plantas medicinais Xerente.
- Preservação da caça e pesca no território indígena.
- Ensino de fortalecimento na educação indígena e educação escolar sobre o território Xerente. Que a Seduc insira, desde o currículo, os saberes tradicionais e o conhecimento dos anciãos.
- Contratação de fiscais para fiscalizar o território Xerente.
- Locação de frota (transporte) para a fiscalização do território.
- Capacitação de indígenas para manusear drones na fiscalização do território.
- Revitalização da cultura e trabalho de artesanato tradicional (masculino e feminino).
- Reflorestamento nas nascentes dos córregos da reserva.

No final da apresentação, Valteir Tpêkw (aldeia Karehú) fez a seguinte observação: “Aprendemos uns com os outros. Precisamos respeitar os mais idosos, nossa pintura, que é diferente e demonstra o conhecimento do nosso povo - a nossa cultura. Isso deve estar na educação indígena e educação escolar indígena”.

Grupo 3:

- Fiscalização territorial feita pelo próprio Akwẽ.
- Organização das mulheres para a venda de artesanato (estrutura física, intercâmbio e capacitação).
- Fortalecimento cultural da roça de toco tradicional.
- Criação de abelhas.
- Piscicultura e criação de aves – com capacitação técnica.
- Fortalecimento cultural Akwẽ/Xerente com apoio financeiro.
- Contratação de mais brigadistas para o combate de incêndios – somente indígenas (homens e mulheres).

Grupo 4:

- Casa de farinha para todas as aldeias.
- Máquina para limpar arroz.
- Projeto na área de educação ambiental.
- Capacitação das mulheres Akwẽ.

- Preservação das plantas medicinais, canto e história.
- Fiscalização do território para que não seja invadido.
- Contratação de guardião da floresta.
- Fortalecimento da roça tradicional.
- Fortalecimento das associações.

O grupo solicitou que fosse feito o encaminhamento à governança do REDD para considerar o exemplo das leis Paulo Gustavo e Aldir Branco, possibilitando que os recursos também sejam acessados por meio do CPF.

Grupo 5:

- Estudo para o manejo adequado do capim dourado
- Proteção e valorização do território Akwẽ (fiscalização e monitoramento efetivos/permanentes).
- Fortalecer a demarcação.
- Valorização e manutenção da cultura Akwẽ (festas e língua).
- Capacitação para participar do programa REDD+.
- Orientação para evitar a queima de casas.
- Melhoria das moradias (adobe) respeitando a construção tradicional (casas ecológicas).
- Formação de técnicos agrícolas Akwẽ.
- Formação de agentes ambientais Akwẽ
- Recuperação de áreas de nascentes e beira de córregos com plantas úteis como o capim dourado.
- Viveiro de mudas de árvores frutíferas do Cerrado para alimentação de animais e pessoas.

Cacique Sebastião (aldeia Rumão) falou sobre uma preocupação que os anciãos e anciãs apresentam - o medo de que as coisas venham de cima para baixo. Ele ponderou: “Esse é o primeiro contato, o primeiro conhecimento, temos muitas dúvidas. Vou pedir sabedoria a Deus para entender e espero que todas as ações venham para o povo Akwẽ”.

Em seguida, a moderadora Lẽdã leu todas as propostas apresentadas, já agrupadas de acordo com a similaridade.

O tradutor Alexandre solicitou a inclusão do seguinte item: Capacitação de jovens para poder discutir políticas públicas como o JREDD+.

Lẽdã Luz (moderadora) agradeceu a presença de todos. Disse que aprendeu muito com o povo Xerente e espera ter outras oportunidades para estar novamente no território.

Escolha de Representantes

Passou-se a escolha de representantes, conduzida por Alexandre, na língua Akwẽ. Alexandre pediu que os interessados em defender os interesses do povo Xerente nas próximas etapas da consulta do JREDD+ se colocassem à frente. Quatro homens e quatro mulheres se candidataram. A escolha se deu por meio de palmas, sendo os mais aplaudidos:

Mulheres: Jacira S. de Brito Xerente (aldeia Montes Belo) e Luana Sibakadi da Silva Xerente (aldeia Cercadinho);

Homens: Kléber Xerente (Porteira) e Márcio Sromne Xerente (aldeia Vão Grande).

O grupo informou que mais dez pessoas acompanharam os representantes indicados na oficina de consolidação (dia 22, no Cemix).

Em relação à indicação de uma entidade representativa dos povos indígenas em nível estadual, a plenária optou por não apresentar representante.

O povo indígena Xerente da região Porteira/Recanto Kité decidiu não indicar entidade representativa para a Governança do REDD+.

Leitura e assinatura da Ajuda Memória

A leitura da Ajuda Memória foi feita pelo vereador Leomar Xerente, seguida da assinatura pelos presentes. Na sequência, foram entregues os certificados de participação na oficina e o boné do programa jurisdicional.

As atividades encerraram por volta das 19h, quando os participantes seguiram para o jantar.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

INFRAESTRUTURA E MORADIAS

- Melhoria das aldeias (saneamento básico, energia, transporte e para-raios).
- Melhoria das moradias (adobe) respeitando a construção tradicional (casas ecológicas).
- Orientação para evitar a queima de casas.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TRADICIONAL

- Capacitação para melhorar a produção agrícola.
- Apoio financeiro para a produção de sementes e mudas tradicionais.
- Apoio financeiro para agricultores familiares indígenas (produção, transporte, ferramentas).
- Valorização e fortalecimento da roça de toco tradicional.
- Apoio e capacitação técnica para criação de peixes, porcos, galinhas, abelhas e gado indígena.
- Casa de farinha para todas as aldeias.
- Máquina para limpar arroz.
- Formação de técnicos agrícolas Akwẽ.

FORTALECIMENTO DO ARTESANATO

- Construção de espaço físico para venda do artesanato.
- Manejo do capim dourado, do buriti e de outras fibras úteis.
- Apoio e capacitação/oficinas para a produção e venda do artesanato (feminino e masculino).
- Estudo para o manejo adequado do capim dourado
- Organização das mulheres para a venda de artesanato (estrutura física, intercâmbio e capacitação).

PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA

- Apoio para a Brigada Indígena realizar o trabalho de preservação. Aumento das brigadas.
- Apoio financeiro e treinamento para a vigilância territorial ser feita por indígenas.
- Contratação de fiscais indígenas.
- Apoio financeiro para compra de equipamentos para vigilantes indígenas.
- Locação de frota (transporte) para a fiscalização do território.

- Capacitação de indígenas para manusear drones na fiscalização do território.
- Contratação de mais brigadistas para o combate de incêndios – somente indígenas (homens e mulheres).
- Fiscalização do território para que não seja invadido.
- Proteção e valorização do território Akwẽ (fiscalização e monitoramento efetivos/permanentes).
- Formação de agentes ambientais Akwẽ.
- Contratação de guardião da floresta.

PROTEÇÃO DE NASCENTES

- Projeto de reflorestamento e recuperação das nascentes e beira de córregos com plantas úteis como o capim dourado.
- Preservação da caça e pesca no território indígena.
- Viveiro de mudas de árvores frutíferas do Cerrado para alimentação de animais e pessoas.
- Recuperação de áreas degradadas.

FORTALECIMENTO CULTURAL

- Apoio para o Dasĩpsê (festa cultural) e preservação da língua materna Akwẽ (escrita e oral).
- Fortalecimento, valorização e manutenção da cultura Akwẽ/Xerente com apoio financeiro.
- Fortalecer os saberes tradicionais (festa cultural).

EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Ensino de fortalecimento da educação indígena e educação escolar sobre o território Xerente.
- Projeto na área de educação ambiental.
- Valorização e preservação das plantas medicinais Xerente;
- Preservação do canto e da história.

FORMAÇÃO

- Capacitação das mulheres Akwẽ.
- Fortalecimento das associações.
- Capacitação para participar do programa REDD+.

ENCAMINHAMENTOS PARA O ESTADO

- Manutenção das estradas.
- Apoiar a participação de jovens no programa REDD+.
- Criar editais como as leis Paulo Gustavo e Aldir Branco.

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

A escolha dos representantes foi feita por meio de palmas, entre os quatro homens e as quatro mulheres que se voluntariaram para a tarefa, ficando:

MULHERES

- Jacira S. de Brito Xerente (aldeia Montes Belo);
- Luana Sibakadi da Silva Xerente (aldeia Cercadinho).

HOMENS

- Kléber Xerente (Porteira);
- Márcio Sromne Xerente (aldeia Vão Grande).

Avaliações e resultados da oficina

A Oficina Participativa de Consulta com o povo Xerente – Região Porteira/Recanto Kité cumpriu os três principais objetivos: informar a comunidade sobre o JREDD+, levantar as ações importantes para o território e indicar os quatro representantes para a oficina de consolidação.

A comunidade fez muitos questionamentos, demonstrou certa resistência ao programa, manifestou preocupação com projetos definidos “de cima pra baixo” e deixou claro que nutre ceticismo e desconfiança em relação ao Governo e não indígenas em virtude de experiências anteriores descontinuadas ou mal sucedidas.

Enquanto algumas pessoas identificaram avanço pessoal na compreensão do programa, outras relataram que o tempo foi curto para a capacitação, que houve dificuldade em entender tantos termos técnicos e distantes do cotidiano, mesmo com a tradução, e que novas etapas de formação deveriam ser consideradas. O interesse real pelo assunto pode ser percebido em todas as faixas etárias. Pela lista de presença, pode-se identificar um bom número de pessoas com formação superior e diferentes níveis de especialização.

As mulheres participaram ativamente, contribuindo e questionando. Elas vêem no programa possibilidade de qualificação para melhorar a renda com o artesanato, além do desenvolvimento pessoal e político para uma participação mais qualificada nas esferas de tomada de decisão, a partir da própria comunidade. Cacicas e lideranças femininas deram seu recado durante a oficina.

Dois momentos da oficina foram um pouco mais quentes: quando foi questionado se o programa do JREDD+ já estava pronto, qual o motivo de realizar a oficina; e o por que do povo Xerente deveria indicar a entidade Arpit como representante na governança do JREDD+ se, entre eles, a entidade não tem representatividade. O posicionamento foi reafirmado com a não-indicação da entidade.

Mesmo com questionamentos firmes e um pouco de tensão, a oficina aconteceu num clima ameno, com muito respeito e hospitalidade à equipe de trabalho. Muitos indígenas se voluntariaram para ajudar em diferentes tarefas no decorrer da programação. Houve uma aproximação maior com a cultura a partir da autorização para os não indígenas fazerem a pintura corporal tradicional, além do convite para conhecer um lugar maravilhoso de banho e lazer no rio Piabanha, que corta o território, onde a vegetação nativa mantém-se conservada.

Chamou muita atenção o expressivo número de crianças e pré-adolescentes, de diferentes idades. O riso fácil, o cuidado dos mais velhos com os mais novos e a liberdade em aproveitar a infância em total harmonia com o meio em que vivem não poderiam deixar de ser relatados. A facilidade com que os bebês e crianças pequenas se deixaram ser mimados pela equipe também foi encantadora. Durante todo o evento, as crianças receberam suporte da equipe de recreação credenciada, com o apoio de voluntárias da comunidade. Atividades de pintura e desenho, brincadeiras dirigidas e atividades esportivas proporcionaram o entretenimento, possibilitando aos pais - especialmente às mulheres - tranquilidade para se dedicar à parte formativa.

Durante a oficina também pudemos vivenciar os transtornos que as comunidades indígenas enfrentam por causa da precariedade no sistema de saneamento básico. A água potável, elemento essencial à manutenção da vida, ainda não é um direito

assegurado em muitas comunidades. A equipe de logística agiu rápido para sanar as necessidades pontuais, mas nem sempre a solução é imediata.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2025

ABERTURA



Credenciamento



Fala de abertura dos caciques



Apresentação cultural com destaque à participação de mulheres e crianças.

JREDD+ COMO POLÍTICA PÚBLICA



Introdução ao JREDD+.



Contribuição do tradutor Alexandre.

SALVAGUARDAS



Apresentação da linha do tempo.



Apresentação das salvaguardas.

GOVERNANÇA



Apresentação da Governança e esferas de tomada de decisão.

DIA 02: SEGUNDA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2025

REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS



Apresentação da repartição de benefícios do programa jurisdicional REDD+.

ESCOLHA DOS REPRESENTANTES



Escolha dos representantes.



Representantes escolhidos.

AJUDA MEMÓRIA



Leitura ajuda memória.



Assinatura ajuda memória.

ENTREGA DE CERTIFICADOS



Entrega dos certificados.